

CARTA DE PRINCÍPIOS

A justiça seguirás, somente a justiça, para que vivas e possuas em herança a terra que te dá o SENHOR, teu Deus. Deuteronômio 16.20

O efeito da justiça será paz, e o fruto da justiça, repouso e segurança, para sempre. Isaías 32.17

Incomodados com o grande número e a gravidade de problemas políticos e sociais como pobreza, violência, corrupção, má qualidade dos serviços públicos nas áreas de educação e saúde, agressões contra o meio ambiente, entre outros. Preocupados com a pouca sensibilidade e atuação das igrejas brasileiras no enfrentamento desses problemas, em um momento em que a visibilidade e o reconhecimento públicos da sua presença reclamam expressões concretas de responsabilidade e serviço. Mobilizados pela mensagem bíblica, nós, evangélicos e protestantes de várias denominações e de diferentes partes do Brasil, propomos um esforço de construção de novas formas de organização para animar e dar consistência à atuação sociopolítica das igrejas no país.

Sabemos que são muitos os evangélicos e protestantes que atuam, inspirados pela fé cristã, em movimentos populares, sindicatos, conselhos, partidos políticos, organizações não-governamentais, associações, cooperativas, ministérios de ação social de igrejas, e outros espaços de organização social. Grande parte dessas pessoas, porém, permanece isolada, sem espaço de atuação e discussão em suas igrejas e não conta com apoio espiritual, teológico-pastoral e, por vezes, material, para lidar com assuntos relacionados às questões sociopolíticas. Também lhes faltam espaços de convivência e formação para a definição de um projeto que norteie sua atuação em igrejas e no contexto da sociedade civil e dos poderes públicos.

A qualificação de nossa atuação como cristãos, em situações como essa, é uma tarefa urgente. Após assistir ao grande crescimento numérico das igrejas, e esperar por ações concretas comprometidas com as lutas de nosso povo, diferentes setores da sociedade poderão, pouco a pouco, perder tais expectativas em decorrência do imobilismo e das inconsistências éticas e políticas das lideranças que reivindicam o nome de evangélicos. Esta é a nossa oportunidade de consolidar presença marcante na transformação da sociedade brasileira, evitando que práticas descomprometidas com a vida em plenitude caracterizem a imagem de uma igreja irrelevante e omissa.

O **Evangélicos pela Justiça** se oferece para promover esse debate. Propõe-se a planejar e realizar ações que contribuam para atingirmos um novo e qualificado patamar de presença na sociedade brasileira, tendo na luta pela justiça seu referencial mais importante. Reconhecemo-nos como grupo constituído de forma inclusiva em meio à pluralidade de nossos vínculos eclesiais, posições teológicas, formas de atuação social e política, vinculações político-partidárias, ou compreensões do diálogo com outras religiões. Valorizamos a riqueza dessas diferenças como um testemunho de que a

aspiração pela justiça, igualdade e liberdade vai além do que nos separa ou divide no tempo e no espaço.

Rejeitamos os modelos de fusão entre religião e poder político. Não por considerarmos a política indigna ou contrária à mensagem do Reino de Deus que Jesus anunciou (Mc 1.15; Mt 4.23; Lc 4.43), mas por compreendermos o Reino de Deus como fermento de uma nova ordem social e humana e como presença de Deus entre nós (Lc 17.20-21; Mt 13.33). Compreendemos que as instituições políticas de uma sociedade democrática e igualitária devam ser construções históricas, pactuadas entre pessoas que professem qualquer ou nenhuma fé. Compreendemos igualmente que o papel dos cristãos é o de testemunhar, em palavras e ações, de sua fé também nas questões sociais e políticas. As conquistas podem ser parciais e até reversíveis, mas ainda sim buscamos os sinais do Reino em qualquer situação (Mt 13.31-50).

Assim, a luta cotidiana contra as injustiças, desigualdades e opressões e suas formas de legitimação ideológicas e políticas – seculares, religiosas, conservadoras ou progressistas – é, ao mesmo tempo um projeto de longo prazo, por isso exige paciência histórica, estratégias e vai além das confissões religiosas. Remete à aspiração por uma humanidade livre e igualitária. Mas é um projeto legítimo para quem lê sua fé cristã como um chamado ao compromisso com a libertação de tudo aquilo que nega nos seres humanos a imagem de Deus e impedem-nos de um encontro com nosso Criador e Salvador.

Evangélicos Pela Justiça é um espaço de reflexão sociopolítica e bíblico-teológica para fortalecer espiritualmente seus integrantes. Visa engajamento por meio de encontros, oficinas, cursos, mobilizações e atuação institucional. Tem por objetivo incentivar a participação e capacitar evangélicos e protestantes, para atuar em organizações eclesiais de ação social, sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, conselhos ou partidos políticos é um dos nossos desejos.

Entendemos que os participantes de **Evangélicos Pela Justiça** são pessoas que assumem como seus os sofrimentos dos oprimidos, discriminados e excluídos e que desejam trabalhar na busca da verdade que liberta (Jo 8.31-32). Buscam ajudar na auto-organização popular; voltar-se para a superação dos problemas sociais; afirmar as camadas populares como o principal sujeito da história, combatendo as diversas formas de manipulação e opressão. **Nossa compreensão de justiça implica na promoção e ampliação de igualdade com liberdade entre os seres humanos, envolvendo, assim, as dimensões política, econômica, social e cultural da vida coletiva.** Justiça também representa, no vocabulário bíblico e teológico de nossas tradições de fé (Lv 19.15,35; Dt 10.17-19; 16.19; 32.36; Jó 37.23; Sl 9.8; 10.18; 15.1-2; 82.3; 99.4; Pv 31.9; Is 1.17; 10.1-2; 33.14-15; Jr 22.3; Am 5.7, 15, 24; Mq 6.8; Mt 5.6, 10, 20; 23.23; I Jo 2.29; 3.10), nossas convicções e compromissos com uma nova sociedade.

Faz-se necessário enfrentar problemas como opressão econômica, individualismo, violência, intolerância e discriminação. É indispensável promover valores fundamentais para o ser humano como solidariedade, igualdade, liberdade, respeito à dignidade humana, tolerância e cuidado com a natureza e com as gerações futuras. Entendemos que a mensagem do evangelho abrange a preocupação e a ação nestas áreas, pois a libertação divina atinge toda a condição humana, não somente sua dimensão espiritual.

Para que todos tenham uma vida digna, nos comprometemos com uma atuação sociopolítica ativa, voltada para a construção de uma nova sociedade democrática e justa, que, embora em permanente necessidade de transformação, nos permite enxergar os sinais da presença de Jesus em meio às lutas e vitórias dos oprimidos (Mateus 25.34-45).

Temos as seguintes motivações de fé em nosso compromisso com a construção de uma nova forma de atuar sócio politicamente, junto às igrejas evangélicas e protestantes, ou como igrejas na sociedade:

1. Em primeiro lugar, agimos motivados pela inspiração do Espírito Santo, que nos convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8-11), guia a igreja na história como atualizador da presença de Cristo entre nós e nos faz testemunhas de Jesus (Jo 14.16-18; 15.26-27; 16.13-15).
2. Agimos motivados pela busca do Reino de Deus e Sua Justiça, não a busca de um império ou algo que nós, seres humanos, estejamos construindo por nossa própria força e vontade, mas da humilde e firme escuta e obediência às orientações de Deus, que quando seguidas livremente por todos, promovem justiça (Mt 6.33).
3. Encaramos o enfrentamento dos problemas sociais como se estivéssemos fazendo-o para o próprio Cristo, como uma forma concreta de gratidão e serviço (Mt 25.31-45).
4. Desejamos experimentar a boa, perfeita e agradável vontade de Deus, não apenas em nossos corações, mas no cotidiano da vida e nas estruturas da sociedade. O inconformismo diante das atuais estruturas opressoras e das formas de pensamento que as justificam e reproduzem é uma recomendação que acolhemos com temor e tremor, cientes de nossa responsabilidade e de nossas limitações (Rm 12.1-2).
5. Compreendemos que sem obediência ao "negue-se a si mesmo e tome cada um sobre si a sua cruz" (Mt 16.34), e ao "dar a vida pelos seus amigos" (1 Jo 3.16) estaremos longe da Graça de Deus e do discipulado de Cristo. Vemos por essa perspectiva a ocorrência de sofrimentos, incompreensões e reações contra nós, resultantes de nossas escolhas no enfrentamento dos problemas sociais e pela luta pela justiça.
6. Seguimos o mandamento de Cristo que nos orienta a amar ao próximo como a nós mesmos como equivalente ao amor devido a Deus (Mt. 22.39).

Por fim, em relação aos valores ético-políticos que consideramos essenciais à realização da tarefa que **Evangélicos Pela Justiça** se propõe a ter, assumimos as seguintes posições:

- **Posicionamo-nos clara e abertamente pela independência das igrejas e congregações em relação a atividades partidárias e eleitorais, por**

entendermos que essas não podem se tornar instrumentos religiosos para disputas de poder (partidário ou de qualquer ordem). Não queremos confessionalizar a política, nem instrumentalizar as igrejas para favorecer projetos de grupos ou pessoas.

- **Defendemos um Estado laico e pluralista**, em sintonia com nossa herança protestante, autônomo em relação a qualquer religião ou instituição religiosa, que não promova nem embarace as expressões de fé, desde que estas não recorram à força, intimidação ou flagrante manipulação das pessoas. Também entendemos que a esfera estatal é pública e deve estar aberta à participação e livre expressão da diversidade de seus cidadãos e dos grupos que os representam. Consideramos legítimo o acesso e a colaboração, pactuada nos limites da lei, para uso de recursos públicos destinados à provisão de serviços e outras modalidades de políticas públicas, por parte de organizações civis de base religiosa. Defendemos que estas sejam fiscalizadas pelos canais competentes para assegurar a transparência de sua atuação nestes projetos.
- **Desejamos um engajamento ético das igrejas nos processos de disputa de tomadas de decisão sobre o bem comum, incluindo os momentos eleitorais.** Não acreditamos que seja possível o enfrentamento dos problemas sociais sem levarmos em consideração as reais disputas de poder existentes na sociedade. Não acreditamos na existência da neutralidade. Por defendermos liberdade, igualdade, justiça e solidariedade, somos naturalmente contra todas as forças opressoras. Uma omissão proposital fortalece a opressão e, portanto, consideramos ser naturalmente criminosa e destruidora. Precisamos exercer discernimento por meio da reflexão, análise de informações e experiências concretas, para definirmos, a partir da ética cristã da resposta ao clamor do pobre e do oprimido (I Jo 3.17; Pv 21.13), quais são as nossas tarefas e responsabilidades concretas diante das estruturas e conjunturas que vivemos no que diz respeito às diversas disputas de poder existentes em nossa sociedade. Para isto, não é necessário que nos alinhemos com uma única posição existente, mas que saibamos nos mover em meio a uma diversidade de opções, sem transgredir nos compromissos fundamentais que assumimos.
- **Não queremos competir com outras organizações.** Queremos que **Evangélicos Pela Justiça** seja um instrumento para evangélicos e protestantes, e não um fim em si mesmo. Desejamos conhecer e divulgar as iniciativas voltadas à realização da justiça, para que sirvam de inspiração para as igrejas, valorizando assim as vocações locais. Acreditamos na importância de compartilhar os planejamentos das igrejas e organizações cristãs de serviço e militância social, para evitar duplicação de esforços e divisão de forças, além de viabilizar eventuais propostas de ações unificadas.

31/12/2008